ABOLIÇÃO?

Entra ano e sai ano e a temática em torno da questão racial no Brasil permanece quase que a mesma. Vários são os estudos, as conclusões, porém o equívoco continua. Talvez seja por que a discriminação racial alcançou um nível tão forte que se enraizou dentro da cultura nacional, estipulando padrões e rótulos que mantém a permanência cultural discriminatória. Tolo. Poderia ser considerado todo aquele que afirma, que num país como nosso se vive uma democracia racial e que as raças formadoras do povo brasileiro possuem o mesmo espaço, o mesmo respeito cultural e o reconhecimento da sua importância para a formação histórica e contemporânea desta nação.

No 13 de maio deste ano é "comemorado" os 123 da Abolição da Escravatura no Brasil. Depois de mais de 300 anos de humilhação, revolta e até mesmo negação cultural; seria muita ignorância acreditar que a Abolição da Escravatura se resumiu apenas em um ato bondoso e caridoso de uma princesa, que se sensibilizou com os anseios e clamores de um povo a muito oprimido. O ato registrado no dia 13 de maio de 1888 - pela então princesa Isabel - pode ser entendido como conseqüência de uma luta, e interesses diversos. De um lado um povo em busca da liberdade e do reconhecimento de seus direitos. Do outro lado pode-se apontar o inchaço do sistema escravocrata, isso devido a despesas e transtornos causados por esse sistema que estava se tornando mais oneroso que lucrativo para os fazendeiros.

O Brasil tinha sua economia baseada na agricultura, enquanto o velho mundo via-se alavancado pela Revolução Industrial, que apresentava novas técnicas e mão-de-obra especializada. Em um quadro com este o sistema escravocrata perdia força para uma nova classe de trabalhadores: os assalariados.

As leis que antecederam a lei Áurea, dentro de um contexto histórico convencional, representam avanços significativos na questão da escravatura no país, proporcionando ao negro um alento para seus anseios de liberdade. Porém, uma didática mais moderna não pode permitir esse tipo de raciocínio.

Uma visão mais crítica dos fatos permite enxergar o descaso e falta de respeito a que era submetido o povo negro, por leis que se apresentavam como beneficentes – as famosas leis do Ventre Livre e do Sexagenário – que na esmagadora maioria das vezes serviam para tirar a responsabilidade dos ombros daqueles que durante séculos se beneficiaram do regime escravocrata no Brasil.

O preconceito racial no país se encontra numa foram tão sutil que chega a passar despercebido. Mas o seu efeito é proporcional aos do tempo do império, deixando claro que a tão democracia racial está distante.

Para isso, basta fazer algumas análises e identificar os focos onde existam a maior ou menor participação negra. Seja ocupando cargos públicos, exercendo cargos de chefia ou lecionando. Ou ainda verificar o menor número de alunos matriculados no 2° Grau, por uma maioria cursando o 1° Grau e o reduzidíssimo número de alunos negros cursando ensino Superior. Como também o alto número de negros que trabalha na construção civil ou em serviços que ofereçam grandes riscos e baixa remuneração.

Será que as oportunidades dadas a um negro são as mesmas recebidas por um branco? Ou isto é devido à falta de interesse e de iniciativa do povo negro de querer uma vida melhor? Quem sabe até mesmo esse papo de preconceito não exista e as oportunidades são dadas para todos sem levar em consideração sexo, cor ou crença? A questão do preconceito racial é muito complexa e sua discussão requer muito estudo. A mudança desse quadro não se dará do dia pra noite, mas sim num trabalho de conscientização e ação, que é lento, mas não é impossível de ser alcançado.

_____

Rodrigo Dias
jornalistarodrigodias@bol.com.br